

CME

**COMISSÃO DE
MINAS E ENERGIA**

RELATÓRIO ANUAL

Brasília - 2022

REALIZAÇÃO

**Comissão de
Minas de Energia**



SUMÁRIO

Apresentação	3
Membros da Comissão.....	6
Galeria dos Membros Titulares	8
Galeria dos Membros Suplentes	12
Quadro Síntese das Atividades.....	16
Audiências Públicas	19
Proposições Apreciadas	73
Requerimentos Apresentados.....	92
Emendas Orçamentárias	103
Equipe técnica	105

Apresentação

A Comissão de Minas e Energia marcou sua atividade legislativa, no decurso da 4ª Sessão da 56ª Legislatura, pelo empreendimento de constante labor, manifesto não somente na deliberação das matérias que por aqui tramitaram no período, como também na realização de audiências públicas pertinentes aos temas apreciados. Registre-se a sobressalência do ritmo de trabalho empreendido, que apresentou número de reuniões superior ao da última sessão legislativa da legislatura imediatamente anterior – ambos anos eleitorais, de reduzida produtividade legislativa. O intenso ritmo de trabalho da Comissão nesta Sessão rendeu, ainda, um desempenho superior na apreciação de proposições legislativas, quando comparado ao apresentado pela 3ª Sessão Legislativa da mesma Legislatura – resultados demonstradores dos elevados empenho e dedicação empreendidos por este Colegiado no interstício.

A 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura foi marcada pela realização incontrastável de notáveis debates acerca de temas nacionais cingidos de destacado interesse por parte do Parlamento e da Sociedade Brasileira. Entre as importantes audiências públicas realizadas, cumpre salientar aquela que promoveu debate acerca das tarifas dos sistemas de transmissão e distribuição do Setor Elétrico; a que tratou do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2022; a que discutiu os valores devidos aos consumidores de energia; a que esmiuçou o Projeto de Lei nº 4.471/2020, que dispõe acerca da propriedade de meteorito; a que tratou dos riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia; e a que debateu o reajuste de 70% para CTO's e compartilhamento de postes pela Enel/Ceará - matérias que extrapolam as divisas estaduais e interessam sobremaneira à Federação como um todo.

Nesse diapasão, cumpre especial destaque ao comparecimento do Ministro de Estado, Adolfo Sachsida, ao final do primeiro semestre, oportunidade em que discorreu sobre temas relevantes para toda a Nação Brasileira, entre eles, o preço dos combustíveis e a privatização da Petrobras. O Ministro muito propriamente se manifestou acerca dos sacrifícios inerentes aos governos, no que respeita à gestão da

coisa pública, à necessidade de redução de impostos e também de incremento da competitividade no âmbito do setor petrolífero nacional. A meritória reunião contou com a participação das comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Finanças e Tributação; e de Viação e Transportes, o que multiplicou a profundidade das discussões empreendidas na ocasião.

Mediante semelhantes debates foi que a Comissão de Minas e Energia buscou cooptar a expertise necessária à formulação de um arcabouço jurídico hábil à regulamentação das atividades pertinentes ao campo temático afeto a este Órgão Técnico. Entre os importantes projetos de lei que por aqui foram debatidos, nomeiem-se os Projetos de Lei nºs 4.009/2021, que propõe a Lei Marília Mendonça, pelo estabelecimento de critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica; 6.338/2019, que altera a Lei nº 10.438/2002 e a Lei nº 9.427/1996, com a finalidade de reduzir as despesas suportadas pela CDE; e, também, o 4.471/2020, que dispõe sobre a propriedade de meteorito que atinge o solo brasileiro. Cumpre assinalar, ainda, o Projeto de Lei nº 4.486/2021, que cria o Programa Água Boa – medida de combate à seca, destinado à implantação de soluções urbanas e rurais individuais, locais, comunitárias, de agricultura familiar e comunidades quilombolas remanescentes, de captação de águas do subsolo e do lençol freático e sua dessalinização para consumo humano e animal; bem como o Projeto de Lei nº 1.961/2021, que declara a água bem estratégico, de interesse nacional, de domínio inalienável e imprescindível do Estado, estabelece o acesso à água potável como um direito humano fundamental, proíbe a privatização da utilização e consumo da água da chuva, dos córregos, rios e lagoas e dá outras providências.

Mais uma vez, a Comissão de Minas e Energia mostrou-se vigilante às necessidades do Setor Energético, ao haver aprovado emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, com vistas, principalmente, ao planejamento do Setor Energético, à Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica e à Política Nacional de Biocombustíveis - Renovabio. No que tange a Lei Orçamentária Anual, este Órgão reiterou seu apoio à Renovabio, ao planejamento do Setor Elétrico e à eletricidade renovável. Referentemente a esta última lei, a Comissão aprovou ainda emenda com vistas à avaliação dos recursos minerais do Brasil. Ao também haver contemplado o

setor mineral nas emendas que aprovou, a Comissão de Minas e Energia demonstrou, mais esta vez, sua fidelidade às grandes questões nacionais relacionadas ao seu campo temático, não se tendo furtado à apreciação, à análise e ao debate de questões notadamente imprescindíveis ao bom desempenho das políticas públicas empreendidas pelo Governo Federal e cobertas pelas grandes expectativas da sociedade civil.

Cumpre-nos, por fim, louvar a participação ativa dos membros deste Colegiado e agradecer o empenho e a colaboração das Assessorias Parlamentares, da Consultoria Legislativa e do corpo técnico-funcional da Secretaria desta Comissão, sem os quais muito mais árdua teria sido a tarefa de conduzir os relevantes trabalhos ora relatados.

Deputado Fábio Schiochet

Presidente

Membros da Comissão



Presidente: Fabio Schiochet (UNIAO/SC)

1º Vice-Presidente: Celso Sabino
(UNIAO/PA)



2º Vice-Presidente: Filipe Barros (PL/PR)

3º Vice-Presidente: Carlos Henrique
Gaguim (UNIAO/TO)



Galeria dos Membros Titulares



Acácio Favacho
MDB/AP



André Abdon
PP/AP



Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP



Benes Leocádio
UNIÃO/RN



Beto Pereira
PSDB/MS



Beto Rosado
PP/RN



Carlos Henrique
Gaguim
UNIÃO/TO



Carlos Zarattini
PT/SP



Cássio Andrade
PSB/PA



Celso Sabino
UNIÃO/PA



Christino Aureo
PP/RJ



Clever Verde
REPUBLICANOS/M
A



Coronel Chrisóstomo
PL/RO



Dimas Fabiano
PP/MG



Euclides
Pettersen
PSC/MG



Fabio Schiochet
UNIÃO/SC



Fernando Coelho
Filho
UNIÃO/PE



Filipe Barros
PL/PR



Greyce Elias
AVANTA/MG



Gurgel
PL/RJ



Gutemberg Reis
MDB/RJ



Heitor Freire
UNIÃO/CE



Jesus Sérgio
PDT/AC



Joaquim
Passarinho
PL/PA



João Carlos Bacelar
PL/BA



João Roma
PL/BA



Júnior Ferrari
PSD/PA



Milton Vieira
REPUBLICANOS/SP



Nereu Crispim
PSD/RS



Ney Leprevost
UNIÃO/PR



Padre João
PT/MG



Paulo Ganime
NOVO/RJ

Relatório Anual – 2022



Ricardo Guidi
PSD/SC



Rodrigo Agostinho
PSB/SP



Rubens Otoni
PT/GO



Vaidon Oliveira
UNIÃO/CE



Vavá Martins
REPUBLICANOS/PA

Galeria dos Membros Suplentes



Aécio Neves
PSDB/MG



Airton Faleiro
PT/PA



Alex Santana
REPUBLICANOS/BA



Bilac Pinto
DEM/MG



Charles Evangelista
PP/MG



Célio Silveira
MDB/GO



Danilo Forte
UNIÃO/CE)



David Soares
UNIÃO/SP



Delegado Marcelo
Freitas
UNIÃO/MG



Domingos Neto
PSD/CE



Domingos Sávio
PL/MG



Édio Lopes
PL/RR



Elias Vaz
PSB/GO



Eros Biondini
PL/MG



Evair Vieira de Melo
PP/ES



Fausto Pinato
PP/SP



Felipe Francischini
UNIÃO/PR



Felício Laterça
PP/RJ



Hélio Costa
PSD/SC



Jaqueline Cassol
PP/RO



Joenia Wapichana
REDE/RR



Laercio Oliveira
PP/SE



Lafayette de
Andrada
REPUBLICANOS/M
G



Léo Moraes
PODE/RO



Leur Lomanto
Júnior
UNIÃO/BA



Luis Tibé
AVANTE/MG



Marcelo Nilo
REPUBLICANOS/BA



Marcelo Álvaro
Antônio
PL/MG



Mauro Lopes
REPUBLICANOS/BA



Mário Negromonte
Jr.
PP/BA



Merlong Solano
PT/PI



Nicoletti
UNIÃO/RR



Otto Alencar Filho
PSD/BA



Pedro Lucas
Fernandes
UNIÃO/MA



Pedro Lupion
PP/PR



Ronaldo Carletto
PP/BA



Sidney Leite
PSD/AM



Tereza Cristina
PP/MS



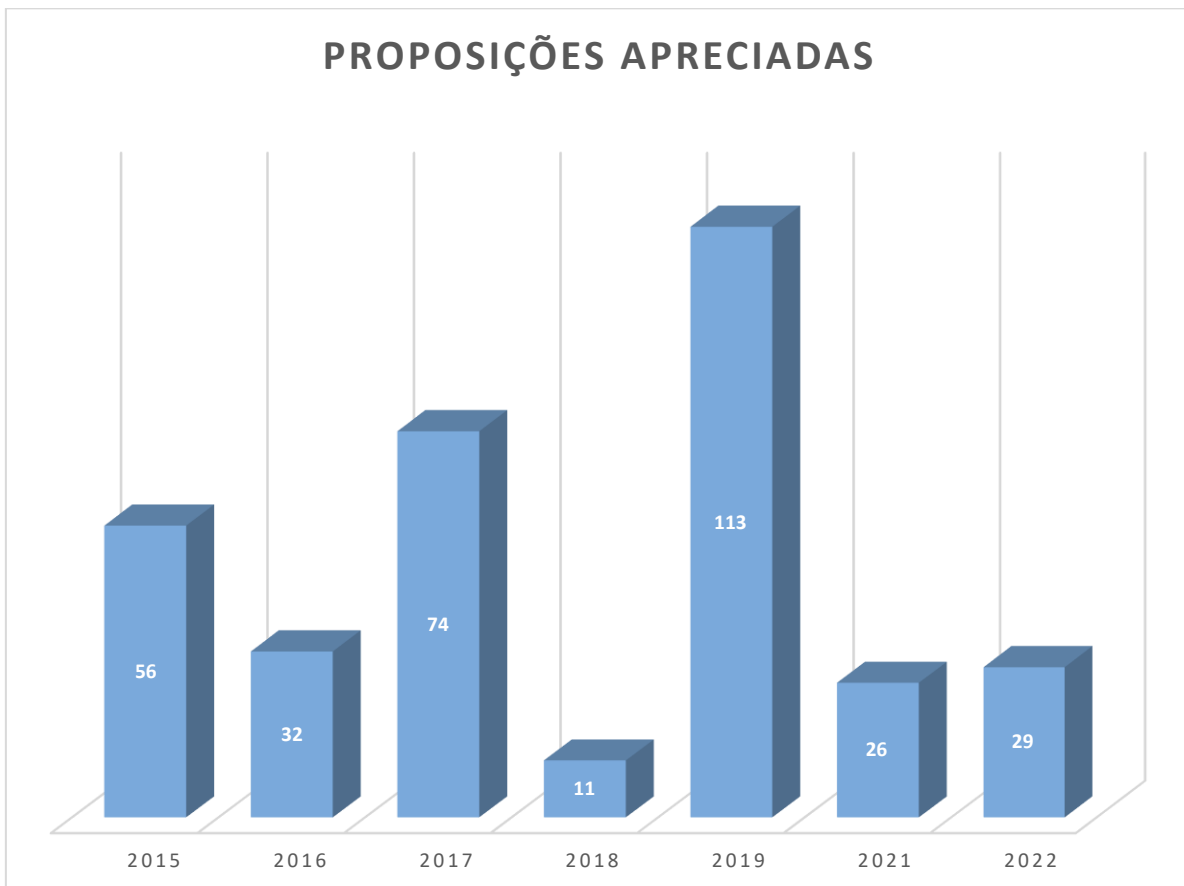
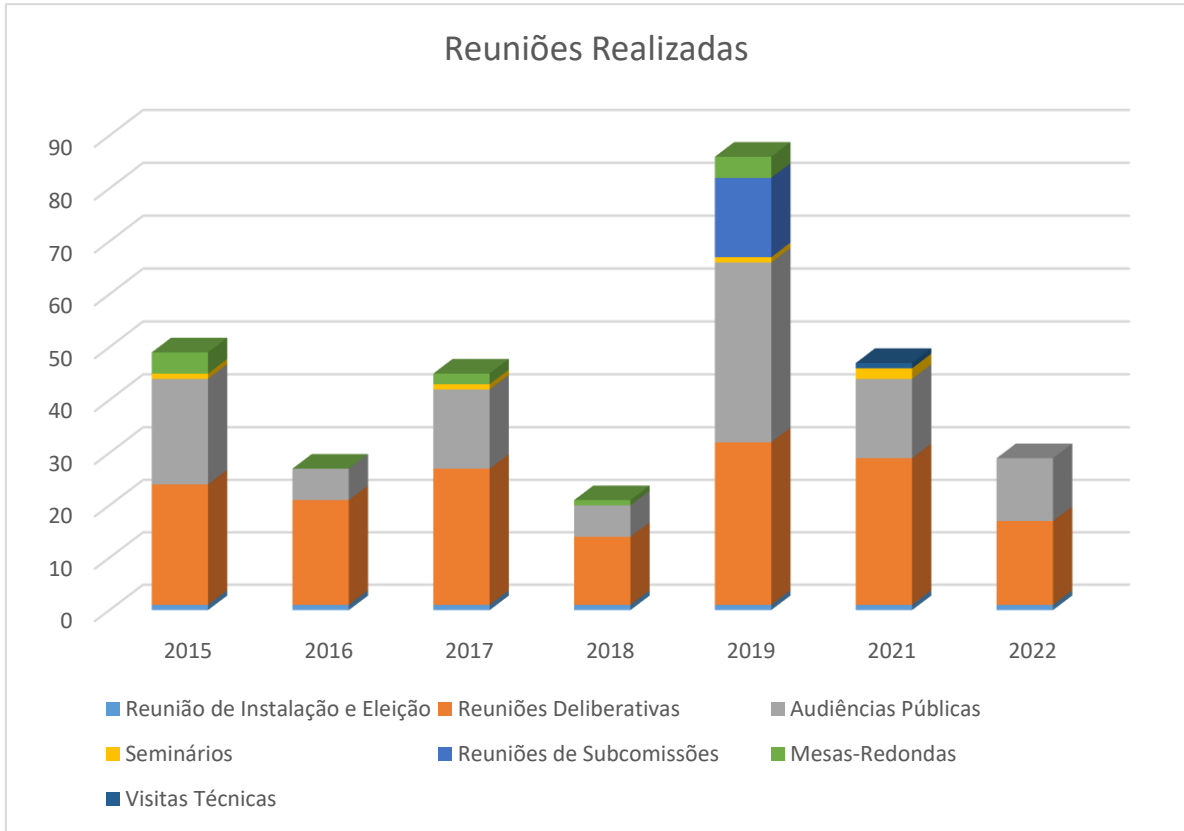
Vicentinho Júnior
PP/TO



Vilson da Fetaemg
PSB/MG

Quadro Síntese das Atividades

REUNIÕES	
REUNIÕES DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO	1
REUNIÕES DELIBERATIVAS	16
REUNIÕES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	12
REUNIÕES DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO	1
PROPOSIÇÕES	
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS	67
PROPOSIÇÕES APROVADAS	13
PROPOSIÇÕES REJEITADAS	16
PROPOSIÇÕES DECLARADAS PREJUDICADAS	0
PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO	149
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	7
REQUERIMENTOS APRESENTADOS	61
REQUERIMENTOS APROVADOS/DEFERIDOS	52
REQUERIMENTOS REJEITADOS	0
REQUERIMENTOS RETIRADOS/PREJUDICADOS	2
REQUERIMENTOS PRONTOS PARA A PAUTA	7



Audiências Públicas

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 12/05/2022

Tema: Reajuste nas tarifas de energia elétrica no Estado do Ceará, em atendimento ao Requerimento nº 1/2022, de autoria do Deputado Danilo Forte.

Câmara dos Deputados



Danilo Forte cobra explicações da Aneel sobre "parâmetros usados para aprovar reajuste"

Convidados:

- 1) Domingos Romeu Andreatta, Secretário Adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - Participou;
- 2) Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Participou;
- 3) Márcia Sandra Roque Vieira Silva, Diretora Presidente da ENEL Distribuição Ceará - Participou;
- Guilherme Freitas, Diretor de Relações Institucionais da Enel em Brasília - Participou;
- Oswaldo Ferrer, Diretor Regional de Relações Institucionais - Participou;
- Luiz Antônio Correa Gazulha, Diretor de Regulação da Enel Distribuição - Participou;
- 4) Amílcar Silveira, Presidente da FAEC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará -, representado por Joaquim Rolim - Participou;
- 5) Ricardo Cavalcante, Presidente da FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) - Participou;

- 6) Victor Iocca, Diretor de Energia Elétrica da Abrace - Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Participou;
- 7) Mário Caires - Diretor Presidente da Neoenergia Cosern - Participou;
João Paulo Rodrigues - Diretor Institucional da Neoenergia - Participou;
Fabiano Rosa - Diretor de Regulação da Neoenergia - Participou;
- 8) Anton Schwyter, Coordenador do Programa de Energia do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Participou;
- 9) Mário Menel, Presidente do Fórum de Associações do Setor Elétrico - FASE - Participou;
- 10) Marcos Madureira, Presidente da ABRADDEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Participou.

Tarifa represada na pandemia levou a reajustes de até 25% na conta de luz, dizem distribuidores em debate

Aumentos foram autorizados pela Aneel para oito estados

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Domingos Neto (D): "Houve reajustes abusivos, como 20% em Alagoas e 21% na Bahia"

O represamento das tarifas em 2020 e 2021, em razão dos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 e da escassez hídrica, corresponde a cerca de 50% dos reajustes nas contas de luz autorizados recentemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para oito estados. Os aumentos variam de 15% a 25%.

O cálculo foi apresentado nesta quinta-feira (12) pelo presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, em debate na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. A reunião discutiu o reajuste em vigor desde abril nas faturas para consumidores do Ceará.

“Basicamente, todos os reajustes que vamos ter em 2022 são custos que estão vindo de anos anteriores”, disse Madureira. No Brasil, estimou a Abradee, R\$ 28,34 bilhões deixaram de ser repassados para as contas de luz em 2020 e 2021.

Durante o debate, o superintendente de Gestão Tarifária da Aneel, Davi Antunes Lima, explicou que, no caso da Enel Distribuidora Ceará, o reajuste de 24,85% nas tarifas incorporou 11,42 pontos percentuais retidos no passado em razão das dificuldades financeiras das famílias e da falta de chuvas nos reservatórios.

Lima afirmou que medidas similares para mitigar os aumentos nas contas de luz foram adotadas em vários estados. Ele destacou que, caso o governo do Ceará adote uma redução temporária no ICMS nas contas de luz, mantendo o mesmo montante arrecadado em 2021, haveria um desconto de 5% para o consumidor.

Propostas

A Câmara já aprovou urgência para o [Projeto de Decreto Legislativo \(PDL\) 94/22](#), do deputado [Domingos Neto \(PSD-CE\)](#), que susta a autorização da Aneel para o reajuste da energia elétrica no Ceará. Outra proposta (PDL 123/22), do deputado [Danilo Cabral \(PSB-PE\)](#), pretende evitar o aumento de 18,98% em Pernambuco.

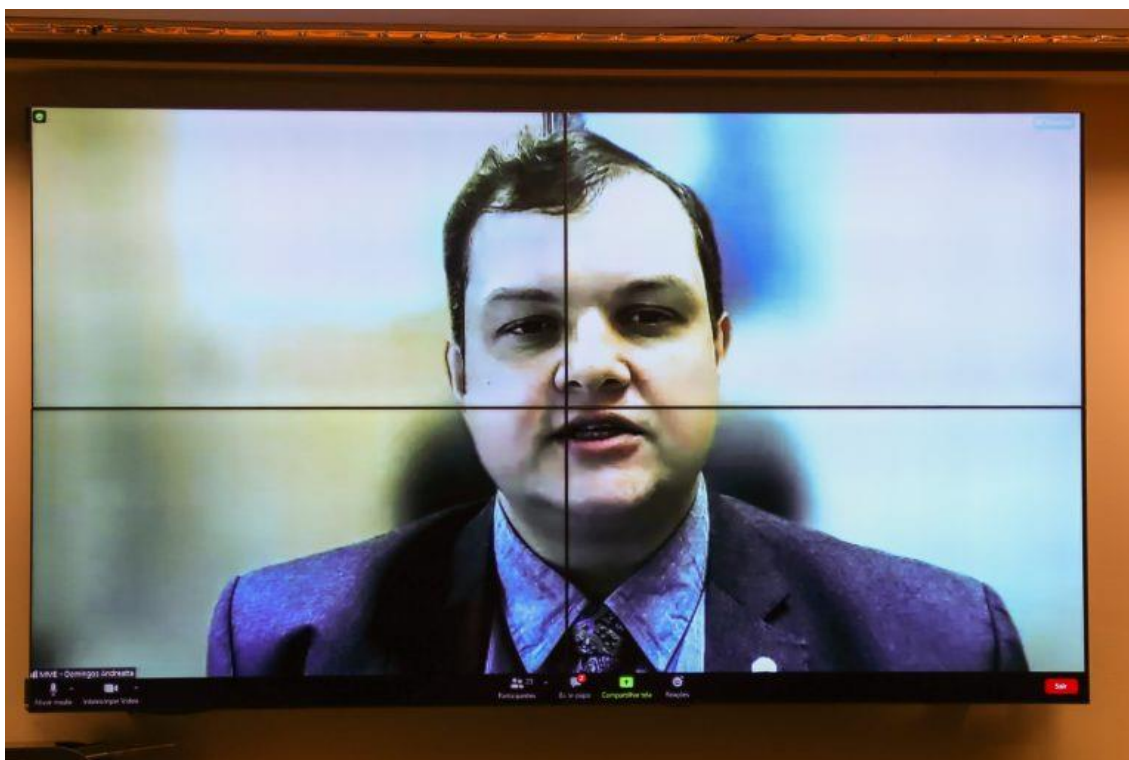
Segundo Domingos Neto, a ideia é barrar reajustes em vários estados e “zerar o jogo”, abrindo espaço para soluções. “Houve reajustes abusivos, 20% em Alagoas; 21% na Bahia; 17% em Mato Grosso do Sul; e 20% no Rio Grande do Norte”, comentou. “E já aviso os mineiros: haverá aumento no dia 22 de maio”, disse.

Na Comissão de Minas e Energia, houve reações à hipótese de cancelamento desses reajustes. Segundo Anton Schwyter, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) no debate, “aumentos dessa magnitude elevam a inadimplência das famílias, mas postergá-los multiplica o problema à frente”.

Representante da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Victor Iocca avaliou que outro represamento seria prejudicial, já que os juros no País estão subindo. “Adiar os reajustes é como pagar o mínimo na fatura do cartão de crédito, e deixar para o futuro é pior.”

Já o secretário adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Domingos Romeu Andreatta, alertou que mudanças nas fórmulas das tarifas poderão trazer insegurança jurídica, com risco para os investimentos no setor.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Domingos Romeu Andreatta: mudanças nas tarifas poderão trazer insegurança jurídica

Modernização

O presidente do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase), Mário Menel, rechaçou medidas intempestivas. Para ele, em médio e longo prazos será preciso reduzir tributos e subsídios nas contas de luz, que hoje somam 49% do total das faturas. “O Congresso aprova os subsídios, e a Aneel não tem culpa”, analisou.

A presidente da Enel Distribuidora Ceará, Márcia Sandra Silva, informou que, até março, 200 mil famílias passaram a ter direito à tarifa social de energia elétrica, menor. A carteira de clientes de baixa renda cresceu 28%, para 910 mil. Isso porque a [Lei 14.203/21](#), em vigor desde janeiro, prevê o ingresso automático nesse subsídio de qualquer beneficiário de programas sociais federais.

Debatedores apoiaram o [Projeto de Lei 414/21](#), do Senado, como alternativa possível para o setor elétrico no Brasil. O texto amplia o mercado livre de energia elétrica para todos os consumidores – inclusive os residenciais, hoje excluídos. Uma comissão especial da Câmara [foi criada em março](#) para analisar a proposta.

Aprofundamento

O deputado [Danilo Forte \(União-CE\)](#), que sugeriu a audiência pública e preside a Frente Parlamentar em Defesa das Energias Renováveis, disse que o debate sobre as contas de luz precisa ser ampliado. “O problema é grave, mas vejo disposição de todos em buscar soluções, que passarão pelas energias renováveis”, afirmou.

Para Danilo Forte, é preciso contemplar as necessidades das concessionárias sem que o consumidor seja penalizado com reajustes acima da inflação. Ele comandou a reunião

semipresencial de casa, onde se recupera de cirurgia de emergência na terça-feira (9), em razão de coágulo no cérebro detectado em exames de rotina.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Danilo Forte: "as soluções passarão pelas energias renováveis"

No debate, os deputados [Benes Leocádio \(União-RN\)](#) e [Eduardo da Fonte \(PP-PE\)](#) criticaram o setor elétrico. “Ninguém defende quebra de contratos, mas eles foram firmados em outra realidade”, disse Benes Leocádio. “Existem absurdos, não vou enumerar porque levaria o dia todo”, lamentou Eduardo da Fonte.

Participaram da audiência nesta quinta o presidente da Neoenergia Cosern, Mário Caires; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará, Amílcar Silveira; o presidente da Associação Cearense de Defesa do Consumidor, Thiago Fujita; e o representante da Federação das Indústrias do Ceará, Joaquim Rolim.

Reportagem – Ralph Machado
Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 19/05/2022

TEMA: Projeto Pró-Águas Urucuia, impactos socioambientais da barragem, em atendimento ao Requerimento nº 132/2021, de autoria do Deputado Padre João.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Padre João afirmou que impactos maiores serão no município de Buritis (MG)

CONVIDADOS:

- 1 - Sr. Wilson Rodrigues de Melo Júnior, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional; Participou
- 2 - Sr. Hebert Reis Mesquita, Procurador da República, Representante do Ministério Público Federal; Participou
- 3 - Sr. João Marcio Simões, Defensor Público Regional de Direitos Humanos de Minas Gerais, Representante da Defensoria Pública da União; Participou
- 4 - Sr. Marcelo da Fonseca, Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM - Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais; Participou
- 5 - Sra. Leidiane Evangelista de Souza, Representante da Associação Cristo Reis; Participou

Relatório Anual – 2022

6 - Sr. Celito Carlos da Costa, Representante do Assentamento Mãe das Conquistas/Barriguda I; Participou

7 - Sr. Evandro Teixeira da Costa, Representante do Assentamento Barriguda II; Não Participou

8 - Sr. Edivaldo Soares de Sousa, Representante do Assentamento Rancharia; Participou e

9 - Sr. Whelton Pimentel de Freitas, Representante da Rede Igrejas e Mineração/União Nacional por Moradia Popular.Participou

Governo diz que o Projeto Pró-Águas Urucuia, em Minas Gerais, não inclui barragem

Projeto apresentado a deputados prevê a adoção de "barraginhas" para reter sedimentos e aumentar a infiltração da água no solo

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Audiência da Comissão de Minas e Energia para discutir o assunto

O Ministério do Desenvolvimento Regional informou em audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados que não está prevista a construção de barragem no Projeto Pró-Águas Urucuia, em Minas Gerais. Segundo o diretor do Departamento de Recursos Hídricos e de Revitalização de Bacias Hidrográficas do ministério, Wilson Rodrigues de Melo Júnior, está prevista apenas a construção de pequenos diques ou "barraginhas".

A audiência foi realizada para discutir o impacto ambiental da suposta barragem. Moradores da região receberam a informação de que seriam inundados 55 mil hectares de terras, o que levaria ao despejo de muitas famílias.

O Projeto Pró-Águas Urucuia, apresentado pelo Instituto Espinhaço, abrange 12 municípios e deve ser concluído no prazo de cinco anos, com recursos estimados em R\$ 130 milhões. “O mais próximo que nós temos de estruturas voltadas para o que

seriam barragens são essas estruturas ("barraginhas"), muito simplificadas, que não têm nenhum impacto nas comunidades ribeirinhas. E têm uma grande vantagem ambiental por reter sedimentos e aumentar a infiltração da água no solo", assegurou Melo Júnior.

Ele explicou que as "barraginhas" são pequenos diques construídos para conter a água de chuva e evitar que sedimentos, como terra e pedras, cheguem aos rios, prejudicando o fluxo hídrico nos afluentes da bacia do Urucuia, que compreende 10% da bacia do São Francisco.

Ainda sobre o projeto, Melo Júnior informou que a iniciativa faz parte do Programa Águas Brasileiras, que é aberto a empresas privadas e está presente em 731 municípios de 22 Estados e no Distrito Federal. Segundo ele, a ideia é recuperar áreas degradadas por meio de plantio e outras tecnologias que vão assegurar que a água se infiltre no solo e, assim, aumente o volume hídrico nos rios superficiais e subterrâneos das regiões atendidas.

Nessa linha, o representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Marcelo da Fonseca, também negou a construção de grandes barragens no Urucuia. "Trata-se apenas de técnicas conservacionistas do solo com as "barraginhas", além do cercamento de nascentes, trabalhos de educação e conscientização ambiental", reforçou.

O deputado [Padre João \(PT-MG\)](#), que solicitou a audiência pública, disse estar satisfeito com esses esclarecimentos: "Entendo que já foi esclarecedor, porque, por parte do Ministério de Desenvolvimento Regional, estou entendendo que não tem nenhum projeto de grande barragem, mas sim o plantio de árvores e a recuperação", reconheceu.

Para a representante da Associação Cristo Reis, Leidiane Evangelista de Souza, se for realizado conforme o apresentado na comissão, o projeto pode ser uma ferramenta de desenvolvimento e conservação ambiental. "Se o projeto for, na essência, como foi colocado aqui, vai ser uma coisa muito plausível, porque é isso que nós, pequenos produtores, já fazemos, que é tentar viver de forma equilibrada com o nosso bem maior que é a natureza", disse. Ela representou na audiência os pequenos produtores e assentados do entorno do Urucuia.

Barragens clandestinas

O procurador da República Hebert Reis Mesquita, por sua vez, apontou fragilidade na fiscalização de outorgas pela Agência Nacional das Águas (ANA), o que, segundo ele, facilitaria a construção de barragens ilegais por grandes produtores. Citando dados de 2016 fornecidos pela agência, ele disse que, dos 87 pivôs de irrigação construídos na área do Urucuia, apenas 11 foram vistoriados. Entretanto, quando consultada pelo MPF, a agência negou irregularidades.

"Temos uma carência de fiscalização efetiva *in loco* para apurar essas outorgas – se os limites delas estão sendo respeitados, se os crimes ambientais estão acontecendo. Porque uma coisa é fato: não é possível falar que todos esses pivôs são regulares, enquanto a grande massa da população convive apenas com a lembrança de rios que corriam em suas cidades e seus quintais", sustentou Mesquita.

Nesse ponto, o representante da Semad, Marcelo da Fonseca, contestou: “Nós temos um grande programa de fiscalização que acompanha as intervenções em recursos hídricos e especificamente nessa região fizemos um trabalho em parceria com a ANA, onde algumas outorgas que estavam inicialmente ou parcialmente implantadas foram revogadas”, disse. Ele enfatizou que a fiscalização foi feita em outorgas de domínio da ANA e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).

Reportagem - Emanuelle Brasil

Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

EM 01/06/2022

TEMA: PL 4471/2020, que dispõe sobre a propriedade de meteorito, em atendimento aos Requerimentos nº 58/2021-CME, do deputado Jesus Sérgio, e nº 82/2021-CCTCI, do deputado Alex Santana.



CONVIDADOS:

- 1) Maria Elizabeth Zucolotto, professora, pesquisadora da UFRJ e autora do livro: Decifrando os Meteoritos; (Participou)
- 2) Andrea Sander, geóloga, pesquisadora do Serviço Geológico do Brasil - CPRM e coordenadora do programa SGBeduca, destinado a popularização da ciência; (Participou)
- 3) Dr. Diogenes de Almeida Campos, curador-chefe do Museu de Ciências da Terra - SGB-CPRM; (Participou)
- 4) Ian Grosner, procurador federal e vice-presidente da Comissão de Direito Aeronáutico, Aeroportuário e Espacial da OAB-DF; (Participou)
- 5) Rodrigo Vesule Fernandes, analista tributário da Receita Federal do Brasil.; (Participou)

- 6) Profa. Dra. Débora C. Rios, da Universidade Federal da Bahia; (Participou)
- 7) Prof. Dr. Prof. Álvaro P. Crósta, da Universidade de Campinas; (Participou)
- 8) Profa. Dra. Diana Paula de Pinho Andrade, da Sociedade Astronômica Brasileira - SAB; (Participou) e
- 9) Prof. MSc. Caiubi Emanuel Souza Kuhn, da Federação Brasileira de Geólogos - Febrageo. (Participou)

Comissões promovem debate sobre a propriedade de meteoritos que atingem o País

Relator de proposta sobre o tema defende previsão legal para exploração e manejo do material

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Minas e Energia debatem nesta quarta-feira (1º) projeto de lei ([PL 4471/20](#)) que trata da propriedade de meteorito. O debate atende a requerimento dos deputados [Jesus Sérgio \(PDT-AC\)](#) e [Alex Santana \(Republicanos-BA\)](#), que é o autor da proposta.

Na avaliação de Jesus Sérgio, existe a necessidade de previsão legal para exploração e manejo dos meteoritos que atingem o País, “sobretudo neste momento, em que estudos sobre a possibilidade de num futuro próximo explorar minérios presentes em meteoros e outros corpos celestes que gravitam próximos da Terra são feitos por agências especializadas como a Nasa”.

Ele defende a construção de uma legislação robusta, que proteja os interesses nacionais diante de riquezas “cada vez mais cobiçadas pela indústria transnacional e que por vezes tem saído de nosso País sem nem ao menos o conhecimento de nossas autoridades”.

Foram convidados, entre outros:

- a professora, pesquisadora da UFRJ e autora do livro “Decifrando os Meteoritos”, Maria Elizabeth Zucolotto;
- a geóloga, pesquisadora do Serviço Geológico do Brasil e coordenadora do programa SGBeduca, destinado a popularização da Ciência, Andrea Sander ; e
- curador-chefe do Museu de Ciências da Terra, Diogenes de Almeida Campos.

METEORITOS



Meteoritos são fragmentos de matéria sólida que provêm do espaço e que chegam à superfície da Terra.

Quando a Terra atravessa um fluxo de meteoros, o número de meteoritos que nela cai é aumentada, resultando em uma **chuva de meteoros**, que costuma durar vários dias.

Procedência dos meteoritos

A análise das trajetórias dos meteoritos sugere que a grande maioria deles vem de um cinturão de asteróides que existe entre Marte e Júpiter.

Os meteoritos compreendem três classes:

- rochosos, semelhantes a rochas vulcânicas terrestres e compreendem 92,8% do total dos meteoritos conhecidos
- ferrosos, que são metálicos
- ferrosos rochosos, que têm composição intermediária

Até agosto de 2017, há o registro de 83 meteoritos encontrados no Brasil.

De todos os meteoritos conhecidos, 74,4% foram encontrados na Antártida. Embora exista um grande número de pessoas que se dedica ao comércio de meteoritos, os que provêm da Antártida não podem ser comercializados.

Meteoros são os fragmentos que entram na atmosfera terrestre, mas não chegam até a superfície, por serem destruídos pelo atrito com o ar.

Popularmente, são chamados de estrelas cadentes. Estes são muito mais numerosos que os meteoritos.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 08/06/2022

TEMA: Tarifas dos Sistemas de Transmissão e Distribuição do Setor Elétrico, em atendimento ao Requerimento nº 30/2022, de autoria do Deputado Danilo Forte.

Câmara dos Deputados



Audiência Pública debate a transmissão e a distribuição no setor elétrico

CONVIDADOS:

- 1) Thiago Guilherme Ferreira Prado, Diretor do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, Representante do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; Participou
- 2) Hélivio Neves Guerra, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Participou
- 3) Gustavo Henrique Novaes Rodrigues, Gerente Executivo de Serviços aos Agentes; e Keli Cristina De Aguiar, Engenheira de Apuração da Transmissão, Representantes do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Participaram
- 4) Marcos Vinicius Gonçalves da Silva Farinha, Superintendente Adjunto de Transmissão da Diretoria de Estudos de Energia Elétrica (DEE), da Empresa de Pesquisa Energética - EPE; Participou

- 5) Fernando Elias, Presidente do Conselho e André Thimóteo, Analista Técnico Sênior da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEÓLICA; Participaram

- 6) Rafael Marques, Especialista Técnico e Regulatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR; Participou

- 7) Luiz Roberto Morgenstern Ferreira, Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE; Participou

- 8) Ricardo Brandão, Presidente Substituto da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDE; e Participou

- 9) Mario Miranda, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - ABRATE. Participou

Aneel informa que revisão das tarifas de transmissão e distribuição terá período de transição

Mudança preocupa representantes das empresas de energia solar e eólica

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Hέλvio Guerra disse nesta quarta-feira (8) aos deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara que a nova metodologia de cálculo das tarifas de transmissão e distribuição de energia elétrica terá um período de transição para a sua implementação.

O período será necessário porque a ideia é onerar menos quem usa menos o sistema e vice-versa, o que poderia beneficiar as regiões Sul e Sudeste em detrimento das regiões Norte e Nordeste, mais distantes dos centros de geração de energia elétrica.

A nova metodologia está em fase de consultas públicas, mas o diretor da Aneel informou que, na parte da tarifa relativa à geração de energia a região Sul, poderia haver uma redução de 71,5%. Já o Nordeste teria uma redução de quase 60% para a parcela relativa ao uso da rede. Ocorre que, no custo total da tarifa, a geração representa 36,1% enquanto a transmissão é apenas 7,3%.

Energias renováveis

A preocupação dos representantes das empresas de energia solar e eólica, em franca expansão no Nordeste do País, é com o aumento dos custos relativos, como explicou Rafael Marques, da Associação Brasileira de Energia Eólica: “A diferença entre o remédio e o veneno é o tamanho da dose. Existem cuidados que devem ser observados ao longo deste processo. Tendo em vista o processo de consulta pública conduzido pela Aneel, ficou evidente que até o momento nenhuma das alternativas metodológicas se apresenta de maneira robusta o suficiente para ser aplicada de maneira imediata”, disse.

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Danilo Forte defendeu tratamento diferenciado à região Nordeste

O deputado [Danilo Forte \(União-CE\)](#) sugeriu que a Aneel trate de forma diferenciada os investimentos já existentes na região: “Inevitavelmente, vamos ter que construir uma transição no sentido de prorrogar a formatação atual até a conclusão das outorgas já existentes”, afirmou.

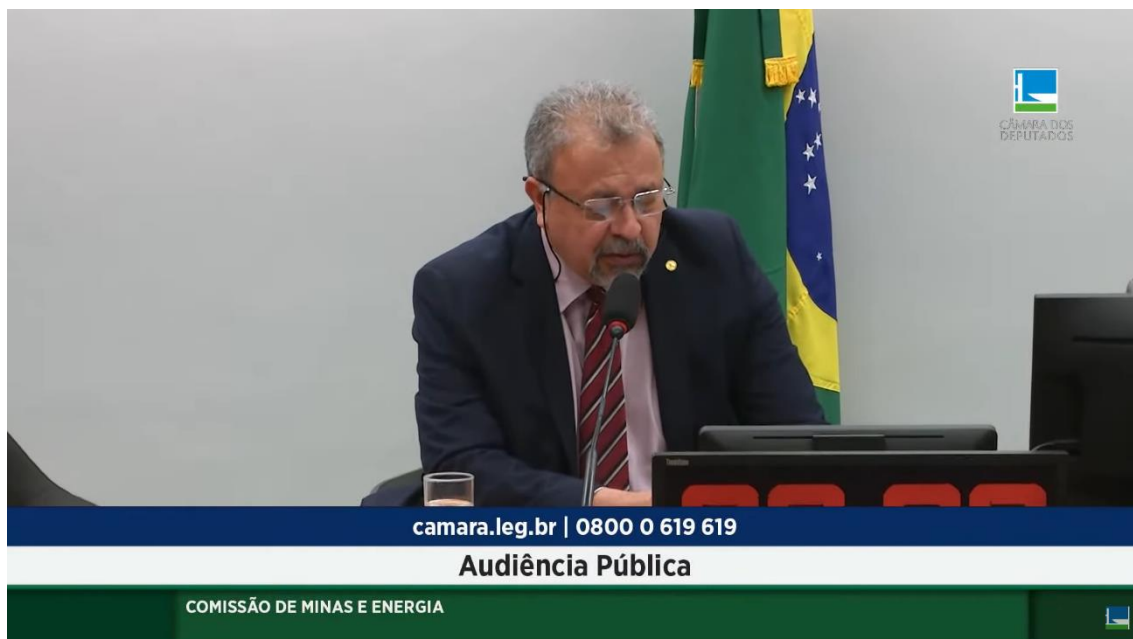
Hélio Guerra disse que a agência espera uma expansão de 68 gigawatts de energia eólica e solar nos próximos anos. Estudos da Empresa de Pesquisa Energética afirmam que a mudança no cálculo das tarifas não deve tirar a competitividade das regiões Norte e Nordeste porque as energias renováveis seriam mais baratas.

Reportagem – Sílvia Mugnatto
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 09/06/2022

TEMA: Possível venda da distribuidora Enel de Goiás (ex-CELG distribuição), em Atendimento ao Requerimento nº 5/2022, de autoria do Deputado Elias Vaz.



CONVIDADOS:

1. Adriano da Rocha Lima, Secretário Geral da Governadoria, representante do governo do Estado de Goiás; Participou
2. Lissauer Vieira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás ;
3. Ivo Sechi Nazareno, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (Participou
4. José Nunes, Presidente da Enel Distribuição Goiás; Participou
5. Marcelo Nunes de Oliveira, Presidente da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR; Participou
6. Ezio, Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás - STIUEG. Participou

Comissão debate situação da empresa distribuidora de energia em Goiás

Divulgação/Copel



Audiência vai debater possível venda de empresa distribuidora de energia

A possível venda da distribuidora Enel de Goiás (ex-Celg Distribuição) será tema de audiência pública na quinta-feira (9), na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O deputado [Elias Vaz \(PSB-GO\)](#), que pediu o debate, afirmou que tem circulado na imprensa que o grupo italiano Enel planeja entregar suas operações no estado de Goiás, vendendo sua distribuidora.

"Atualmente, a companhia é avaliada em R\$ 10 bilhões, um valor quase cinco vezes maior do que o preço pago pela Celg em 2016", disse o deputado.

Segundo o deputado, a Enel assumiu as operações de distribuição de energia no estado de Goiás em 2017 e, desde então, não tem conseguido prestar um bom serviço para a população.

No escuro

Dentre os vários problemas que a empresa enfrenta, disse Elias Vaz, o principal está no tempo que os consumidores ficam no escuro, que ainda não está de acordo com as metas estabelecidas como razoáveis.

"Em 2021, os goianos ficaram no escuro em média 18,75 horas, sendo que o limite estabelecido pelo órgão regulador é de 12,58 horas", disse o deputado.

Debatedores

Confirmaram presença no debate o presidente da Enel Distribuição Goiás, José Nunes; e o presidente da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, Marcelo Nunes de Oliveira.

Da Redação – RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 14/06/2022

TEMA: Orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2022 em atendimento ao Requerimento nº 9/2022 CME, de autoria do Deputado Carlos Zarattini.



CONVIDADOS:

1. Carlos Alexandre Príncipe Pires, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético, e Isaac Pinto Averbuch, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, como Representantes do Ministério de Minas e Energia - MME;
2. Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Participou
3. Gustavo Naciff de Andrade, Superintendente Adjunto da Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais (DEA) da Empresa de Pesquisa Energética - EPE; Participou
4. Gustavo Teixeira, Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE; Participou

5. Anton Schwyter, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC; Participou
6. Amílcar Guerreiro, Diretor-Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL; (Confirmado)
7. Bruno Herbert Batista Lima, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia - ABESCO; Participou
8. Paulo Valdocí Pereira, Conselheiro da Associação dos Fabricantes Brasileiros de Equipamentos de Eficiência Energética - AFABEE; Participou
9. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; não Participou
10. Victor Hugo Iocca, Diretor de Energia da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE; Participou
11. Rodrigo Ferreira, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - ABRACEEL; e Participou
12. Marcos Madureira, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE. Participou

Comissão debate o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético e seu impacto nas tarifas

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Zarattini: "É o maior índice de reajuste já estabelecido para esse encargo tarifário"

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta terça-feira (14) sobre o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2022. O CDE é um fundo setorial criado para custear diversas políticas públicas do setor elétrico, e representa um componente bastante relevante da tarifa de energia elétrica.

O deputado [Carlos Zarattini \(PT-SP\)](#), que pediu a audiência, lembrou que o valor da CDE neste ano, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi de cerca de R\$ 32 bilhões. "Com isso, o reajuste representa aumento de 34,2% em relação a 2021, constituindo no maior índice de reajuste já estabelecido para esse encargo tarifário, que deverá ser pago pelos consumidores brasileiros", disse.

Segundo a Aneel, a estimativa do impacto tarifário médio, isto é, o aumento médio na conta para os consumidores de energia elétrica, devido apenas ao aumento no orçamento da CDE neste ano, será de 3,39%. "Para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o percentual deverá ser maior, devendo chegar a 4,65% de aumento nas tarifas", disse Zarattini.

Debatedores

O diretor de Energia Elétrica da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Victor Hugo Iocca, confirmou presença na audiência.

Também foram convidados para o debate, entre outros, representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério da Economia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

- [Veja a lista completa de convidados](#)

Hora e local

A audiência será realizada no plenário 14, às 13 horas.

Da Redação – RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 15/06/2022

TEMA: Valores devidos aos consumidores de energia, em atendimento ao Requerimento nº 6/2022, de autoria do Deputado Filipe Barros.

Câmara dos Deputados



CONVIDADOS:

Sra. Camila Bomfim, Diretora-Geral Substituta da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Participou

Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil; (Não compareceu) e

Sr. Luiz Felipe Falcone de Souza, Diretor de Regulação da EDP Espírito Santo. Participou

Propostas aprovadas pelo Congresso permitirão redução na tarifa de energia, afirma diretora da Aneel

Deputado defende que devolução de valores cobrados a mais dos consumidores seja feita em dinheiro

O consumidor deverá perceber, na conta de luz, os efeitos de duas propostas aprovadas recentemente pelo Congresso Nacional. A informação foi passada pela diretora-geral substituta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Camila Bomfim, em audiência nesta quarta-feira (15) da Comissão de Minas e Energia da Câmara.

Segundo ela, haverá um alívio de 5,2% nos reajustes de tarifa a partir de um dos projetos, e 12% de redução média na tarifa por causa do outro. Ainda de acordo com Camila Bomfim, a privatização da Eletrobras deve significar uma redução de 2,3% nos reajustes tarifários.

A diminuição média de 12% na tarifa é referente ao projeto que determina a aplicação do piso do ICMS, em geral 17 ou 18%, sobre a energia elétrica ([PLP 18/22](#)).

Bomfim afirmou que o impacto da proposta é considerável, dada a alta fatia da tarifa proveniente de tributos.

“Na tarifa hoje paga pelo consumidor de energia elétrica, 30% são destinados para tributos federais e estaduais, então essa medida contribui bastante para a efetiva redução de custo. É uma medida estrutural, e a gente já vem alertando sobre essa necessidade de redução da incidência de tributos sobre a energia elétrica há muitos anos”, afirmou.

Decisão do STF

Já a redução de 5,2% nos reajustes de tarifa se deve à proposta que especifica os procedimentos para a Aneel devolver ao consumidor, via tarifa de energia, os valores de PIS e Cofins pagos a mais pelas distribuidoras ([PL 1280/22](#)).

O projeto reflete decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional incluir o ICMS na base de cálculo desses tributos.

De acordo com dados da Aneel, dos R\$ 60,3 bilhões em créditos a devolver pela União às distribuidoras, R\$ 47,6 bilhões ainda não foram restituídos aos consumidores.

Segundo Camila Bomfim, os principais fatores de pressão sobre as tarifas de energia dos últimos dois anos foram a pandemia de Covid-19, o aumento da taxa de câmbio, a inflação, a crise de suprimento de combustíveis e a crise hídrica de 2021, que foi a pior dos últimos 91 anos.

Ela parabenizou o Congresso pela iniciativa das modificações legislativas. "A devolução dos valores cobrados a mais já vinha sendo feita a partir da decisão do STF,

mas a proposta que trata do assunto vai garantir segurança jurídica à Aneel", afirmou a diretora da agência.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Filipe Barros: "Consumidor pagou em dinheiro e vai receber o troco em bala"

Críticas

O deputado [Filipe Barros \(PL-PR\)](#), que solicitou a audiência, criticou a forma de devolução dos valores. Segundo Barros, o consumidor pagou em dinheiro e, agora, "vai receber o troco em bala".

"Na hora de obter lucro, os diretores não obtiveram em abatimento na conta deles de energia elétrica, eles obtiveram em dinheiro. E agora, na hora de fazer a restituição ao usuário, eles querem fazer em abatimento na conta. Não me parece razoável", disse.

Segundo Camila Bomfim, as distribuidoras não têm esses recursos em caixa. Ainda segundo ela, pagar em espécie não seria a forma mais efetiva para garantir a devolução dos valores a todos os cidadãos, e a proposta aprovada pelo Congresso estabelece a devolução via tarifa.

Filipe Barros disse que vai trabalhar para que o presidente Jair Bolsonaro vete o trecho que estabelece a devolução via tarifa, para que os usuários possam receber os valores em dinheiro.

Reportagem – Paula Bittar

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

REUNIÃO DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, DA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES E DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

EM 21/06/2022

TEMA: Preços dos combustíveis, privatização da Petrobras e outros assuntos, em atendimento aos Requerimentos nºs 18/2022 CME, do deputado Jesus Sérgio; REQ 20/2022 CME, do deputado Elias Vaz; REQ 28/2022 CFFC, do deputado Ivan Valente; e REQ 29/2022 CVT, do deputado Vanderlei Macris.

Anderson Riedel/PR



CONVIDADO:

Sr. Adolfo Sachsida, Ministro de Minas e Energia.

Ministro diz que os lucros da Petrobras estão acima das demais empresas do setor

Deputados criticam redução de impostos estaduais e pedem fundo para amortecer reajustes nos combustíveis

Em audiência pública na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (21), o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, criticou o total dos lucros apresentados pela Petrobras em comparação com as demais petrolíferas. O governo é o maior acionista da empresa. Segundo o ministro, os governos estão fazendo sacrifícios, reduzindo impostos; e a empresa também deveria fazer. Adolfo Sachsida voltou a defender a privatização da Petrobras com o objetivo de aumentar a competição no setor.

A audiência com o ministro foi requerida pelas comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Finanças e Tributação; de Minas e Energia; e de Viação e Transportes.

Para Sachsida, empresas em todo o mundo estão dando atenção aos aspectos sociais e ambientais de suas ações, o que, segundo ele, deveria ser levado em conta pela Petrobras. E citou a pandemia e o cenário de guerra na Ucrânia, que afetaram os preços mundiais.

Lucro e dividendos

O ministro mostrou que, no primeiro trimestre deste ano, a Petrobras foi responsável por 10% da produção mundial, mas apresentou 31% do lucro. De acordo com Sachsida, o lucro foi de 8,5 bilhões de dólares, enquanto a média dos lucros das empresas do setor foi de 2,1 bilhões de dólares. Em 2021, a empresa teria sido a segunda em distribuição de dividendos.

Apesar de criticar a empresa estatal e de trocar o seu presidente duas vezes este ano, o governo, segundo o ministro, não tem como interferir na sua gestão. “Não é possível interferir nos preços dos combustíveis. Não está no controle do governo e, honestamente, preço é uma decisão da empresa, não do governo. Além disso, nós temos marcos legais que impedem intervenções do governo na administração de uma empresa, mesmo o governo sendo o acionista majoritário”, disse.

O ministro de Minas e Energia apresentou tabela que mostra uma queda de pouco mais de 10% nos preços do diesel e de mais de 14% nos preços da gasolina caso entrem em vigor as propostas que modificam o ICMS sobre combustíveis ([PEC 15/22](#) e [PEC 16/22](#), [PLP 18/22](#) e [ADI 7164](#)).

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Sachsida: “Não é possível interferir nos preços dos combustíveis”

Redução do ICMS

O deputado [Mauro Benevides Filho \(PDT-CE\)](#) disse que a redução de impostos estaduais vai trazer prejuízos para a saúde e a educação e que os preços dos combustíveis vão continuar subindo. Ele afirmou que, por informações que recebeu da Petrobras, haverá um novo reajuste de cerca de 10% no final de julho.

Benevides questionou Sachsida sobre o motivo de o governo ter reduzido a sua participação no conselho de administração da Petrobras de sete para seis cadeiras, mas o ministro disse que está verificando essa informação.

Já o deputado [Vanderlei Macris \(PSDB-SP\)](#) disse que o governo poderia criar um fundo com os dividendos que recebe para reduzir os preços dos combustíveis. Mas, segundo ele, o governo age como se fosse da oposição, criticando e até sugerindo CPI contra a empresa.

Para o deputado [Marco Bertaiolli \(PSD-SP\)](#), o País precisa escolher se a Petrobras deve ser estatal ou privada. “Ora ela é estatal, quando interessa e mantém o seu monopólio. Ora ela é privada, quando interessa na sua distribuição de dividendos. Portanto, ela é uma companhia que tem um pé em cada canoa. Uma companhia que paga dividendos não merece monopólio”, afirmou.

Endividamento

Para o deputado [Felipe Francischini \(União-PR\)](#), a política de preços da Petrobras, que segue os aumentos internacionais, foi importante para reduzir o endividamento da empresa, calculado em 160 bilhões de dólares em 2014.

Adolfo Sachsida afirmou que os preços seriam menores se o País tivesse concluído as refinarias que estavam programadas nos governos anteriores. Segundo ele, a capacidade de refino seria 51% maior que a atual.

O deputado [Carlos Zarattini \(PT-SP\)](#) disse que o PT saiu do poder há seis anos e nada foi feito para ampliar o refino.

Reportagem – Sílvia Mugnatto

Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 28/06/2022

TEMA: Debater e analisar a venda da Refinaria REMAN no Amazonas, em atendimento ao Requerimento nº 31/2022, de autoria do Deputado Sidney Leite.



CONVIDADOS:

- 1) Danielle Lanchares Ornelas, Coordenadora-Geral de Refino, Abastecimento e Infraestrutura do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia; (Participou)
- 2) Deyvid Bacelar, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros - FUP; (Participou)
- 3) Marcus Ribeiro, Coordenador do Sindicato dos Petroleiros do Amazonas - AM; (Participou)
- 4) Carla Ferreira, Pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - INEEP; (Participou)

5) Cloviomar Cararine Pereira, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. (Representado pelo Sr. Carlos Takashi)

Comissão promove debate sobre venda da Refinaria de Manaus

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Sidney Leite alerta para risco de perda de empregos e de arrecadação fiscal no estado

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (28) para analisar a venda da Refinaria de Manaus (Reman), no Amazonas. O pedido para realização do debate foi apresentado pelo deputado [Sidney Leite \(PSD-AM\)](#).

Ele destaca que a refinaria está localizada em um ponto estratégico para o escoamento dos derivados, utilizando a malha fluvial da região Norte e próximo à província de Urucu, o que traz facilidades logísticas.

Leite também lembra que os derivados produzidos pela refinaria abastecem principalmente os mercados de Amazonas, Acre e Rondônia. "A privatização da Reman tende a levar a um monopólio privado, com grande volatilidade no preço dos combustíveis e perda tanto de empregos como de arrecadação de impostos no estado", lamentou o deputado.

Foram convidados para a reunião, entre outros, representantes do Ministério da Economia, do Ministério de Minas e Energia, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), do Sindicato dos Petroleiros do Amazonas, do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural de Biocombustíveis (Inep) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

[Confira a lista completa de convidados.](#)

A reunião ocorre às 10 horas, no plenário 14

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO EM 05/07/2022

TEMA: Fundo de investimentos para financiar projetos de crédito de carbono, em atendimento aos Requerimentos nºs 37/2022-CME e 18/2022-CFT, ambos de autoria dos Deputados Filipe Barros e Sanderson.



CONVIDADOS:

- 1) Gustavo Montezano, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (confirmado)
- 2) Antônio José Barreto de Araújo Júnior, Vice-Presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial, e Henrique Leite de Vasconcellos, Gerente Executivo da Gerência Sustentabilidade Empresarial, ambos do Banco do Brasil S.A. (confirmados);
- 3) Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria - CNI. (confirmado)

Comissões debatem fundo de investimentos para financiar projetos de crédito de carbono

Depositphotos



Criação do fundo foi divulgado em maio deste ano

As comissões de Fianças e Tributação; e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados promovem debate nesta terça-feira (5) sobre o Fundo de investimentos para financiar projetos de crédito de carbono. O debate foi sugerido pelos deputados [Filipe Barros \(PL-PR\)](#) e [Sanderson \(PL-RS\)](#).

No pedido do debate, os parlamentares informam que, no dia 18 de maio de 2022, o presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, participou do Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes, no Rio de Janeiro, e divulgou o lançamento de fundo de investimentos destinado a financiar projetos de crédito de carbono.

Foi dada a informação de que o intuito do Fundo é apoiar projetos de desenvolvimento sustentável e contará com contribuição inicial de R\$ 2 milhões.

Foram convidados:

- o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto;
- o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

Gustavo Montezano;

- o vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil, Antônio José Barreto de Araújo Júnior, e o gerente-executivo da Gerência Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil, Henrique Leite de Vasconcellos;
- o gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo.

O debate será realizado às 9h30, no plenário 7.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 06/07/2022

TEMA: Riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia, em atendimento ao REQ 24/2022 CME, do deputado Fabio Schiochet.



CONVIDADOS:

- 1) Carlos Alberto Calixto Mattar, Superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição (SRD), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Compareceu
- 2) Coronel Alexandre Gomes Rodrigues, do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (LIGABOM); Compareceu
- 3) Pedro Henrique Pereira Costa, Analista Executivo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); Compareceu
- 4) Mario William Esper, Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e Ricardo Rodrigues Fragoso, Diretor Geral da ABNT; Compareceram
- 5) Rodrigo Sauer, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); Compareceu

6) Ricardo Costa, Representante do Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL); Compareceu

7) Carlos Felipe, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), e Carlos Evangelista, Presidente do Conselho da ABGD; Compareceram

8) Coronel Goes, Tenente-Coronel John e Tenente-Coronel Leal, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF); Compareceram

9) Tenente Coronel BM Costa e Tenente Coronel BM Paulo Fernando Leal de Holanda Cavalcanti, do Comitê Nacional de Combate a Incêndio (CONACI); Compareceram

10) Tenente BM Evandro Maroni Mascarenhas, do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMMG); Compareceu

11) Leandro Michels, Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Compareceu

12) Fabiano Mendonça Dias, Gerente de Distribuição da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Compareceu

13) Ricardo Brandão, Diretor Regulatório da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Compareceu

Comissão debate riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia

Renato Alves/Agência Brasília



Deputado alerta para necessidade de aperfeiçoar normas

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados discute nesta quarta-feira (6) os riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia. O debate foi solicitado pelo deputado [Fabio Schiochet \(União-SC\)](#).

Ele explica que Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contabiliza atualmente 994.406 sistemas de geração fotovoltaica instalados na modalidade de geração distribuída e outras 9.571 usinas fotovoltaicas de maior porte, que realizam geração centralizada.

O parlamentar destaca que tão elevado número de unidades geradoras exige uma atenção especial quanto aos aspectos de segurança, particularmente no que se refere aos riscos de incêndio. "O Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, que tem pleno conhecimento das ocorrências de incêndios nesse tipo de instalação elétrica, alerta quanto à necessidade de aperfeiçoamento das normas que regem a matéria", afirma.

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros, representantes da Aneel, do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

- [Veja a lista completa de convidados](#)

O debate será realizado às 9 horas, no plenário 14.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 30/11/2022

TEMA: Reajuste de 70% para CTO's e compartilhamento de postes pela Enel/CE, em atendimento ao REQ 57/2022 CME, do deputado Danilo Forte.



CONVIDADOS:

- 1) Hέλvio Neves Guerra, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Compareceu
- 2) Vicente Aquino, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Compareceu
- 3) Márcia Sandra Roque Vieira Silva, CEO da ENEL Distribuição Ceará; Compareceu
- 4) Paulo Eugênio Chaves Monteiro, Diretor de Redes da ENEL - Ceará;
- 5) Luiz Henrique Barbosa da Silva, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas - Telcomp;
- 6) Marcos Ferrari, Presidente Executivo da Conexis Brasil Digital;
- 7) Davi Leite, Presidente da União dos Provedores do Ceará - UNIPROCE;
- 8) Ricardo Brandão, Diretor Regulatório da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE

Comissão debate aumento dos custos da internet no Ceará

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Danilo Forte: o Ceará terá a internet mais cara do País

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta quarta-feira (30) sobre o tema "Reajuste de 70% para as caixas de terminação óptica (CTO's) e compartilhamento de postes pela Enel Ceará".

O deputado [Danilo Forte \(União-CE\)](#), que propôs a realização do debate, observou que a Enel, atual concessionária de energia elétrica do Ceará, também responsável pelo compartilhamento de postes no estado, promoveu aviso de cobrança em fevereiro de 2022, com novos valores relativos aos equipamentos no poste, onerando os provedores de internet em até seis vezes o valor pago atualmente.

"Esses valores que são pagos pelos provedores do Ceará já são conhecidos por serem elevados, em comparação ao que é praticado pelas demais concessionárias de energia elétrica", disse o deputado.

Ainda segundo o deputado, os provedores arcam mensalmente com o maior valor por ponto de fixação (poste) do país (R\$ 14,00), sendo que as Prestadoras de Pequeno Porte Cearenses – PPPs – são responsáveis pelo provimento da conexão de 70 % do estado.

"O Ceará, que é hub de conectividade, com a cobrança surpresa promovida pela Enel cearense, poderá sofrer com a falta da prestação do serviço de fácil acesso, com preços razoáveis e terá a internet mais cara do País", disse Danilo Forte.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA EM 06/12/2022

TEMA: Critérios de operação, uso múltiplo das águas e cota 762 em Furnas, em atendimento ao REQ 56/2022 CME, do deputado Domingos Sávio.



CONVIDADOS:

- 1) João Daniel de Andrade Cascalho, Secretário Adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; (PARTICIPOU)
 - 2) Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos, Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA; (PARTICIPOU)
- Joaquim Guedes Corrêa Gondim Filho, Superintendente de Operações e Eventos Críticos; (PARTICIPOU)
- Marco José Melo Neves, Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos; (PARTICIPOU)
- Luís Carlos Martins Alves Júnior, Procurador-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; (PARTICIPOU)
- Patrick Thadeu Thomas, Superintendente Adjunto de Regulação de Usos de Recursos Hídricos; (PARTICIPOU)
- 3) Régis Fontana Pinto, Coordenador-Geral da CGTef, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; (PARTICIPOU)

Rosângela Teixeira Tiago, Chefe da Dilac, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; (PARTICIPOU)

4) Christiano Vieira, Diretor de Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; (PARTICIPOU)

5) Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, Subsecretária de Regularização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais; (PARTICIPOU)

Marcelo da Fonseca, Diretor Geral do Instituto Mineiro das Águas da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais; (PARTICIPOU)

6) Representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo; (NÃO PARTICIPOU)

7) Thadeu Alencar, Presidente da União dos Empreendedores do Lago de Furnas e Peixoto - UNELAGOS; (PARTICIPOU)

8) Djalma Francisco Carvalho, Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO; (PARTICIPOU)

9) Regiane Jubrijo, Representante dos Movimentos Populares em defesa de Furnas e Peixoto. (NÃO PARTICIPOU)

10) Luiz Adriano de Souza Machado, Vereador de Cássia/MG. (PARTICIPOU)

Deputados defendem controle da vazão do lago de Furnas e cumprimento da ‘cota 762’

Representante do governo teme que a adoção da cota afete a geração de energia elétrica

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Sávio: uso múltiplo é essencial para assegurar não só energia elétrica, mas também turismo

Deputados defenderam nesta terça-feira (6), em audiência pública na Comissão de Minas e Energia, o imediato controle da vazão do lago da Usina Hidrelétrica de Furnas, situado em Minas Gerais, e o início de recuperação do reservatório, que banha 34 cidades e é um importante destino turístico mineiro. O debate foi proposto pelo deputado [Domingos Sávio \(PL-MG\)](#).

Ele afirmou que a preocupação é garantir o nível mínimo de 762 metros, acima do nível do mar, para o lago, valor considerado suficiente para o uso múltiplo das águas (geração de energia elétrica, abastecimento humano, turismo, agricultura e pesca, entre outros fins).

O valor foi incluído na Constituição de Minas por uma emenda (EC 106, de 2020), que também prevê o nível de 663m para o lago de Peixoto, reservatório da Usina Marechal Mascarenhas de Moraes. Atualmente, segundo Savio, Furnas opera abaixo da ‘cota 762’.

“Esse uso múltiplo é essencial para assegurar não só a geração de energia elétrica, mas também o turismo, o transporte náutico, a agricultura, a própria dessedentação da população, o equilíbrio ambiental”, disse o deputado. Ele cobrou dos órgãos reguladores medidas urgentes para o atendimento da cota 762.

“Não vejo motivo para adiarmos o controle de vazão de Furnas. Acho imprescindível, eu diria mais, inegociável por parte do sentimento que nós representamos aqui”, disse Savio.

O mesmo foi feito pelo deputado [Odair Cunha \(PT-MG\)](#). Ele pediu a revisão da outorga do lago de Furnas, a cargo da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). “A revisão é necessária para garantir o uso múltiplo das águas. Não vamos admitir que ela [ANA] continue negligenciando o seu papel”, disse Cunha.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Thadeu Alencar: estão descumprindo a legislação estadual

Descumprimento

Representantes de movimentos em defesa dos lagos de Furnas e Peixoto também criticaram o descumprimento da emenda constitucional que estabeleceu as cotas mínimas dos lagos das usinas.

“Não houve nenhuma liminar anulando esse dispositivo. Então temos aqui um descumprimento claro da legislação estadual”, disse o presidente da União dos Empreendedores dos Lagos de Furnas e Peixoto (Unelagos), Thadeu Alencar. A emenda está sendo questionada pela Advocacia-Geral da União (AGU), que ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda não há decisão.

Segundo ele, o desrespeito às cotas coloca em risco a atividade econômica de mais de 50 municípios mineiros e prejudica uma população de mais de 1,5 milhão de pessoas.

O presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas (Alago), Djalma Francisco Carvalho, pediu um fim “à novela interminável” de desrespeito à cota 762 e ao desvio de águas da bacia do Rio Grande, onde os lagos de Furnas e Peixoto estão, para a bacia do Tietê-Paraná.

Plano de recuperação

Durante a audiência pública, o diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Mauricio Abijaodi, afirmou que em duas semanas a agência deve avaliar a necessidade de implementação de algum tipo de restrição operativa para garantir, nos próximos anos, a normalidade dos reservatórios de Furnas e Peixoto.

Além disso, a agência deve elaborar e divulgar, em meados de 2023, um plano de recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas. O plano é uma exigência da [Lei 14.182/21](#), que autorizou a privatização do Eletrobras.

Já o secretário-adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, João Daniel Cascalho, afirmou que a cota 762 pode afetar outros usos da água em algumas situações, principalmente a geração de energia elétrica. Ele defendeu como saída para a situação o aumento do nível dos reservatórios, objetivo do plano de recuperação.

“É preciso fazer uma ação estruturada, planejada, de longo prazo e transparente, que seja democrática para outros usos e não aumente excessivamente o custo da tarifa de energia para todo mundo”, disse Cascalho.

Reportagem – Janary Júnior
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Proposições Apreciadas

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434/2019



Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PL-PA)
Relator do Parecer Vencedor

AUTOR: [Deputado Luiz Flávio Gomes \(PSB-SP\)](#)

EMENTA:

Susta a Resolução Homologatória Nº 2.522, de 20 de março de 2019, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da CPFL Santa Cruz.

PARECER:

Parecer Vencedor, do Deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor, em 11/5/2022.

PROJETO DE LEI Nº 2.945/2021



Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Deputado Joaquim Passarinho (PL – PA)

Relator

AUTOR: [Deputada Áurea Carolina e outros](#)

EMENTA:

Dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PL-PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Padre João, em 25/5/2022.

PROJETO DE LEI Nº 308/2015



Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG)

Relatora do Parecer Vencedor

AUTOR: [Deputado Pompeo de Mattos - PDT/RS](#)

EMENTA:

Dispõe sobre a redução de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo da CRC, aplicado somente após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta Lei, limitando-se, a redução, ao montante do saldo credor remanescente em favor do concessionário.

PARECER:

Parecer Vencedor, Dep. Greyce Elias (AVANTE-MG), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor, da Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), em 08/06/2022.

PROJETO DE LEI Nº 2.119/2015



Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

Deputado Elias Vaz (PSB-GO)

Relator

AUTOR: [Deputado Heráclito Fortes - PSB/PI](#)

EMENTA:

Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para destinar até 35% (trinta e cinco por cento) da energia elétrica contratada por meio das licitações para suprimento do mercado cativo às distribuidoras que atuem na Unidade da Federação onde serão instalados os empreendimentos ofertantes vencedores.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Elias Vaz (PSB-GO), pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 9.561/2018, apensado, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 29/6/2022.

PROJETO DE LEI Nº 1.961/2021



Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Deputado Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA)

Relator

AUTOR: [Deputado Flávio Nogueira \(PDT-PI\)](#)

EMENTA:

Declara a água bem estratégico, de interesse nacional, de domínio inalienável e imprescindível do Estado, estabelece o acesso à água potável como um direito humano fundamental, proíbe a privatização da utilização e consumo da água da chuva, dos córregos, rios e lagoas e dá outras providências.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Cleber Verde (REPUBLIC-MA), pela aprovação, com emendas.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 29/6/2022.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 3/2019



Foto: Câmara dos Deputados

Deputado Léo Moraes (PODE-RO)

Relator

AUTOR: [Deputado José Nelto - PODE/GO](#)

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia realize ato de fiscalização no Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e BNDES para verificar a adequação do processo de privatização da Companhia Energética de Goiás - CELG.

RELATÓRIO:

Relatório Final, Dep. Léo Moraes (PODE-RO), pelo encerramento e arquivamento.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Final, em 06/07/2022.

PROJETO DE LEI Nº 3.682/2020



Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (UNIÃO-RN)
Relator

AUTOR: [Senado Federal - Jean Paul Prates - PT/RN](#)

EMENTA:

Confere ao Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, o título de Capital Nacional dos Ventos.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Benes Leocádio (UNIÃO-RN), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 26/10/2022.

PROJETO DE LEI Nº 2.369/2020



Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Deputado Gurgel (PL-RJ)

Relator

AUTOR: [Deputado Paulo Ramos - PDT/RJ](#)

EMENTA:

Altera a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, para incluir a possibilidade de postos multimarca de revenda de combustíveis.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Gurgel (PL-RJ), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 26/10/2022.

PROJETO DE LEI Nº 4.486/2021



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Deputado Benes Leocádio (UNIÃO-RN)
Relator

AUTOR: [Deputado Walter Alves - MDB/RN](#).

EMENTA:

Cria o Programa Água Boa, medida de combate à seca, destinado à implantação de soluções urbanas e rurais individuais, locais, comunitárias, de agricultura familiar e comunidades quilombolas remanescentes, de captação de águas do subsolo e do lençol freático e sua dessalinização para consumo humano e animal.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Benes Leocádio (UNIÃO-RN), pela aprovação, com emenda.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 26/10/2022.

PROJETO DE LEI Nº 4.471/2020



Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Deputado Jesus Sérgio (PDT-AC)

Relator

AUTOR: [Deputado Alex Santana \(PDT-BA\)](#)

EMENTA:

Dispõe sobre a propriedade de meteorito que atinge o solo brasileiro.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Jesus Sérgio (PDT-AC), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4529/2020, apensado.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, em 08/11/2022.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 40/2019



Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

Deputado Jesus Sérgio (PDT-AC)

Relator

AUTOR: [Deputado Flaviano Melo - MDB/AC](#)

EMENTA:

Propõe que a Comissão de Minas e Energia promova, com auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalização e controle dos atos realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) referentes ao reajuste tarifário anual de 2018 da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre.

RELATÓRIO:

Relatório Final, Dep. Jesus Sérgio (PDT-AC), pelo arquivamento.

RESULTADO:

Aprovado o Relatório Final, em 09/11/2022.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 313/2020



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Relator

AUTORA: [Deputada Sâmia Bomfim \(PSOL-SP\)](#).

EMENTA:

Susta a Resolução Homologatória nº 2.719, de 30 de junho de 2020, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2020 da Enel SP.

PARECER:

Parecer Vencedor, do Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Arnaldo Jardim, pela rejeição, em 22/11/2022.

PROJETO DE LEI Nº 3.641/2020



Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

Deputado Airton Faleiro (PT/PA)

Relator

AUTORA: [Deputada Rejane Dias \(PT-PI\)](#)

EMENTA:

Altera a Lei nº 12.212, DE 20 janeiro de 2010 que dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências, para isentar do pagamento da conta de energia e de água os consumidores de baixa renda, durante o estado de calamidade pública de relevância internacional provocada pelo coronavírus – COVID-19.

PARECER:

Parecer Vencedor, do Deputado Airton Faleiro (PT/PA), pela rejeição.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Airton Faleiro, pela rejeição, em 23/11/2022.

PROJETO DE LEI Nº 2.267/2019



Foto: Elaine Menke/Câmara dos Deputados

Deputado Christino Aureo (PP-RJ)

Relator

AUTOR: [Deputado Alessandro Molon - PSB/RJ](#)

EMENTA:

Revoga a Lei n.º 13.586, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, altera as Leis nos 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 62, de 21 de novembro de 1966.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Christino Aureo (PP-RJ), pela rejeição deste, do PL 2764/2019, do PL 3003/2019, do PL 4436/2019, do PL 2009/2020, do PL 333/2021, do PL 1724/2022, do PL 640/2022, e do PL 2555/2022, apensados.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 30/11/2022.

PROJETO DE LEI Nº 3.741/2020



Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Deputado David Soares (UNIÃO-SP)

Relator

AUTOR: [Deputado Mauro Nazif - PSB/RO](#)

EMENTA:

Dispõe sobre medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. David Soares (UNIÃO-SP), pela aprovação, com substitutivo.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Arnaldo Jardim, em 14/12/2022.

PROJETO DE LEI Nº 4.009/2021



Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)

Relator

AUTOR: [Senado Federal - Telmário Mota \(PROS-RR\)](#)

EMENTA:

Aprova a Lei Marília Mendonça, que estabelece critérios para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica.

PARECER:

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP), pela aprovação deste e do de nº 3920/21, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do de nº 3962/21, apensado.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, em 14/12/2022.

PROJETO DE LEI Nº 6.338/2019



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Gurgel (PL-RJ)

Relator

AUTOR: [Deputado Luis Miranda - DEM/DF](#)

EMENTA:

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a finalidade de reduzir as despesas suportadas pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Gurgel (PL-RJ), pela aprovação, com emendas.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 14/12/2022.

PROJETO DE LEI Nº 1.430/2022



Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Deputado Danilo Forte (UNIÃO-CE)

Relator

AUTOR: [Deputado Carlos Henrique Gaguim \(UNIÃO-TO\)](#)

EMENTA:

Altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para incluir a implantação de sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica entre as aplicações de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

PARECER:

Parecer do Relator, Dep. Danilo Forte (UNIÃO-CE), pela aprovação.

RESULTADO:

Aprovado o Parecer, em 14/12/2022.

Requerimentos Apresentados

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 1/2022 CME	Solicita Audiência Pública para debater o reajuste nas tarifas de energia elétrica no Estado do Ceará em cerca de 25% pela Enel.	Danilo Forte	UNIÃO	CE
REQ 2/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para debater a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e as tecnologias de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos, com ou sem geração de energia, incluindo sua utilização como Combustível Derivado de Resíduos (CDR).	Padre João	PT	MG
REQ 3/2022 CME	Requer a manutenção da Subcomissão Especial sobre barris de óleo na região norte do Brasil.	Cássio Andrade	PSB	PA
REQ 4/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores e comercialização direta e tributação.	Padre João	PT	MG
REQ 5/2022 CME	Requer Audiência Pública para debater possível venda da distribuidora Enel de Goiás (antiga Celg Distribuição).	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 6/2022 CME	Requer a convocação de representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), da EDP Espírito Santo e da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para prestar esclarecimentos no plenário desta comissão.	Filipe Barros	PL	PR
REQ 7/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater o projeto de mineração de bauxita em áreas próximas ao território do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, algumas delas pertencentes à zona de amortecimento do parque.	Padre João	PT	MG

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 8/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater o novo empreendimento minerário “Complexo Minerário Serra do Taquaril”, em Belo Horizonte, Minas Gerais	Padre João	PT	MG
REQ 9/2022 CME	Solicita audiência pública para debater o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2022, cujo aumento recorde elevará ainda mais as tarifas de energia elétrica para os consumidores, e sobre a aplicação dos recursos destinados a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de eficiência energética (PEE) no setor elétrico.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 10/2022 CME	Requer a INCLUSÃO DE CONVIDADOS na Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão para debater o REAJUSTE NAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO CEARÁ.	Paulo Ganime	NOVO	RJ
REQ 11/2022 CME	Solicita audiência pública para debater o PL 571/2022, que acrescenta o art. 82-A ao Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), para criar condições especiais ao exercício de atividade minerária em caso de interesse à soberania nacional, assim declarado pelo Presidente da República.	Airton Faleiro	PT	PA
REQ 12/2022 CME	Requer a manutenção da Subcomissão Permanente sobre Fontes Renováveis de Energia e Biocombustíveis, no âmbito desta comissão.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
REQ 13/2022 CME	Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, a fim de discutir os preços dos combustíveis, os resultados da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras do 1º trimestre de 2022, entre outros assuntos.	Fabio Schiochet	UNIÃO	SC

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 14/2022 CME	Requer o encaminhamento de Pedido de Informações ao Ministro de Minas e Energia para que disponibilize a esta comissão os relatórios de atividades enviados pelos titulares das concessões de lavras no município de Paracatu, Minas Gerais.	Heitor Freire	UNIÃO	CE
REQ 15/2022 CME	Requer a manutenção da Subcomissão Permanente de Mineração no âmbito desta comissão.	Filipe Barros	PL	PR
REQ 16/2022 CME	Requer Audiência Pública para discutir a política de uso das termoeletricas movidas a gás natural, a construção de novos gasodutos no Brasil, as formas de financiamento dos empreendimentos, as formas de exploração e concessão e os impactos das novas iniciativas sobre as tarifas que são cobradas dos consumidores.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 17/2022 CME	Solicita audiência pública para debater o PL 4.248/2020, que dispõe sobre meta para universalização do acesso à energia elétrica na Região da Amazônia Legal, define critérios para execução de políticas de universalização de energia elétrica para regiões remotas durante a pandemia de Coronavírus e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.	Airton Faleiro	PT	PA
REQ 18/2022 CME	Requer nos termos do art. 24, incisos IV e XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado o Senhor Adolfo Sachsida, Ministro de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos acerca das metas do Ministério para o ano de 2022, em especial na política da Petrobras para o controle dos preços dos combustíveis e gás de cozinha; na construção de gasoduto; nos programas Mais Luz para a Amazônia e Luz para Todos; e o futuro do processo de privatização da Eletrobras.	Jesus Sérgio	PDT	AC

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 19/2022 CME	Requer o aditamento ao REQ nº 16/2022 para inclusão de convidado no pedido de Audiência Pública a ser realizada nesta comissão, para discutir a política de uso das termoeletricas movidas a gás natural, a construção de novos gasodutos no Brasil, as formas de financiamento dos empreendimentos, as formas de exploração e concessão e os impactos das novas iniciativas sobre as tarifas que são cobradas dos consumidores.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 20/2022 CME	Requer a convocação do Ministro de Estado das Minas e Energia, Adolfo Sachsida, a fim de prestar esclarecimentos sobre sua declaração de que vão começar estudos para privatizar a Petrobras e da PPSA.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 21/2022 CME	Requer a inclusão de convidados para a audiência pública que visa debater o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2022, cujo aumento recorde elevará ainda mais as tarifas de energia elétrica para os consumidores, e sobre a aplicação dos recursos destinados a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de eficiência energética (PEE) no setor elétrico.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 22/2022 CME	Requer a manutenção da Subcomissão Permanente de Óleo e Gás, no âmbito da Comissão de Minas e Energia.	Christino Aureo	PP	RJ
REQ 23/2022 CME	Requer realização de reunião de audiência pública para debater os reajustes das tarifas de energia elétrica.	Fabio Schiochet	UNIÃO	SC
REQ 24/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para debater os riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia elétrica.	Fabio Schiochet	UNIÃO	SC
REQ 25/2022 CME	Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 132/2021 - CME, para inclusão de convidados na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 26/2022 CME	Requer a retirada do Requerimento nº 16/2022 e Requerimento nº 19/2022, ambos de minha autoria.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 27/2022 CME	Requer Audiência Pública para discutir a política de uso das termoelétricas movidas a gás natural, a construção de novos gasodutos no Brasil, as formas de financiamento dos empreendimentos, as formas de exploração e concessão e os impactos das novas iniciativas sobre as tarifas que são cobradas dos consumidores.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 28/2022 CME	Adita o Requerimento 06/2022 CME, para a inclusão de convidados na audiência pública.	Filipe Barros	PL	PR
REQ 29/2022 CME	Requer a indicação de especialistas para participar de audiência pública agendada na Comissão de Minas e Energia.	Lafayette de Andrada	REPUBLI C	MG
REQ 30/2022 CME	Solicita audiência pública para discussão do tema: "Alteração da sistemática de definição das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) e Distribuição (TUSD) do Setor Elétrico Brasileiro e seus impactos no aumento das desigualdades sociais e regionais."	Danilo Forte	UNIÃO	CE
REQ 31/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Ministro da Economia, do Ministro de Minas e Energia, do Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP, do Coordenador do Sindicato dos Petroleiros do Amazonas, do Pesquisador(a) do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) e do Analista do DIEESE, para debater e analisar a venda da Refinaria REMAN no Amazonas.	Sidney Leite	PSD	AM

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 32/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater a violação de direitos da Comunidade Tradicional Garimpeira do Alto Rio Doce (MG) - municípios de Ouro Preto, Mariana, Acaiaca, Barra Longa, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce - considerando os conflitos e impactos decorrentes da instalação e operação de grandes projetos de mineração na região.	Padre João	PT	MG
REQ 33/2022 CME	Requer a realização de audiência pública a fim de debater o Projeto de Lei nº 1.143, de 2021, que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para criar mecanismo de redução de tarifas de energia elétrica para o consumidor.	Arnaldo Jardim	CIDADANIA	SP
REQ 34/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a mineração de urânio e fosfato no Ceará e no Brasil e, seus impactos para o meio ambiente, a saúde pública e o desenvolvimento regional	Padre João	PT	MG
REQ 35/2022 CME	Requer que sejam convidados o Representante Diplomático da Embaixada da Bolívia no Brasil, o Representante Diplomático da Embaixada do Brasil na Bolívia e o Sr. Rodolfo Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	Filipe Barros	PL	PR
REQ 36/2022 CME	Requer a criação de subcomissão especial no âmbito desta Comissão de Minas e Energia - CME, para tratar da exploração e produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira (MEQ).	Pedro Lucas Fernandes	UNIÃO	MA
REQ 37/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Minas e Energia e a Comissão de Finanças e Tributação para debater o fundo de investimento destinado a financiar projetos de crédito de carbono.	Filipe Barros	PL	PR
REQ 38/2022 CME	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: “A atuação da Empresa Equatorial Energia S.A, nos estados de Alagoas, Pará, Maranhão e Amapá”.	Acácio Favacho	MDB	AP

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 39/2022 CME	Requer que audiência pública sobre os riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia elétrica seja realizada na modalidade presencial.	Lafayette de Andrada	REPUBLI C	MG
REQ 40/2022 CME	Adita o Requerimento 37/2022 CME, para a inclusão de convidados na audiência pública.	Filipe Barros	PL	PR
REQ 41/2022 CME	Requer o aditamento ao requerimento REQ 32/2022 - CME, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.	Padre João	PT	MG
REQ 42/2022 CME	Requer a indicação de autoridades para compor a audiência pública sobre os riscos de incêndio em instalações de geração fotovoltaica de energia elétrica.	Lafayette de Andrada	REPUBLI C	MG
REQ 43/2022 CME	Solicita a convocação do Ministro das Minas e Energia, para discutir a política de preços dos combustíveis pela Petrobras e os impactos para o mercado nacional de derivados de petróleo.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 44/2022 CME	Solicita a convocação do Ministro da Economia, para discutir a política de preços dos combustíveis pela Petrobras e os impactos para o mercado nacional de derivados de petróleo.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 45/2022 CME	Requer seja convidado o senhor JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO, ex-presidente da Petrobras, para debater sobre sua gestão na empresa e sobre o mercado nacional de derivados de petróleo.	Carlos Zarattini	PT	SP
REQ 46/2022 CME	Requer a realização de audiência pública, para discutir o reajuste nos valores das bandeiras tarifárias.	Elias Vaz	PSB	GO
REQ 47/2022 CME	Solicita realização de Audiência Pública, em conjunto com a CDHM, para debater sobre a contratação de “navios-usina” na baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro”.	Rodrigo Agostinho	PSB	SP

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 48/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a CMADS, para discussão do tema: “A definição de diretrizes para a valoração dos custos e dos benefícios da microgeração e minigeração distribuída, conforme o Marco Legal da Geração Distribuída (Lei Nº 14.300/2022), pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)”.	Rodrigo Agostinho	PSB	SP
REQ 49/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a respeito do uso múltiplo das águas de Furnas e Peixoto, bem como a revisão das outorgas e possível Plano de Recuperação dos Lagos.	Charlles Evangelista	PP	MG
REQ 50/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a respeito da instalação de hidrelétricas nas cidades de Santa Rita do Jacutinga e Bom Jardim de Minas no estado de Minas Gerais.	Charlles Evangelista	PP	MG
REQ 51/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a substituição do diesel S-500 pelo diesel S-10.	Padre João	PT	MG
REQ 52/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos do Diesel S500 na saúde pública e no meio ambiente.	Pedro Lupion	PP	PR
REQ 53/2022 CME	Requer a realização de audiência pública para discutir a concessão e/ou outorga de autorização para exploração mineral na Região do Vale do Rio Tijucas, no estado de Santa Catarina.	Fabio Schiochet	UNIÃO	SC
REQ 54/2022 CME	Requer a realização de Audiência Pública Conjunta na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e na Comissão de Minas e Energia, a fim de discutir os valores cobrados pelas concessionárias de energia pelo uso da infraestrutura de postes.	Domingos Neto	PSD	CE

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 55/2022 CME	Requer a esta comissão que seja autorizada a formação de uma comitiva, a fim de representar o colegiado em missão oficial na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida como COP-27, que será realizada na cidade de Sharm el-Sheikh, Egito, de 7 a 18 de novembro de 2022.	Nereu Crispim	PSD	RS
REQ 56/2022 CME	Solicita realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater os critérios de operação da usina de Furnas Centrais Elétricas e estabelecer critérios e ações que assegurem o direito ao uso múltiplo das águas respeitando-se a cota 762 como nível mínimo de operação do lago de furnas.	Domingos Sávio	PL	MG
REQ 57/2022 CME	Requerimento de realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater e prestar esclarecimentos sobre o reajuste de 70% na cobrança de CTOs e equipamentos nos contratos de compartilhamento de postes feitos pela Enel Ceará.	Danilo Forte	UNIÃO	CE
REQ 58/2022 CME	Solicita realização de Audiência Pública para debater sobre a “Observância da legislação e dos princípios da Administração Pública na alienação da Petrobras Biocombustível (PBIO)	Rodrigo Agostinho	PSB	SP
REQ 59/2022 CME	Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para discutir a transferência das áreas da Reserva Nacional do Cobre RENCA durante os trinta dias de validade do Decreto 9.142 de 2017, bem como a situação dos processos minerários ativos da empresa Vale S/A que tramitam na Agência Nacional de Mineração.	Gurgel	PL	RJ
REQ 60/2022 CME	Requerimento de Retirada de Matéria da Pauta - PL 6338/2019	Nereu Crispim	PSD	RS

Relatório Anual – 2022

PROPOSICAO	EMENTA	AUTOR	PARTIDO	UF
REQ 61/2022 CME	Requer realização de Audiência Pública para esclarecimentos sobre o papel do governo norueguês, como detentor de ações empresariais, na condução da chamada Compliance e Relação com Investidores da empresa Norsk Hydro Brasil Ltda, mediante a legislação “Norwegian Code of Practice for Corporate Governance” de 2021, bem como participante do chamado Fundo Amazônia com aporte financeiro do Tesouro norueguês.	Filipe Barros	PL	PR

Emendas Orçamentárias

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 3			
Proposição	Autor	Ementa	Apreciação
LDO nº 3/2022	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Planejamento do Setor Energético	21/06/2022 Aprovada
LDO nº 6/2022	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica	21/06/2022 Aprovada
LDO nº 10/2022	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta - RenovaBio	21/06/2022 Aprovada

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 4			
Proposição	Autor	Ementa	Apreciação
EMENDA À LOA Nº 1/2022	Comissão de Minas e Energia	R\$ 200.000.000,00. Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio.	09/11/2022 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 2/2022	Comissão de Minas e Energia	R\$ 100.000.000,00. Apoio ao Planejamento do Setor Elétrico.	09/11/2022 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 3/2022	Comissão de Minas e Energia	R\$ 424.880.000,00. Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil.	09/11/2022 Aprovada
EMENDA À LOA Nº 18/2022	Comissão de Minas e Energia	R\$ 500.000.000,00. Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável.	09/11/2022 Aprovada

Equipe técnica

Comissão de Minas e Energia

Secretário-Executivo:

Fábio Gomes Ferreira

Assessores:

Cleomar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes

Leila Camila Pugliesi Pinheiro

Marcelo Sobral de Barros

Sandra Regina Furtado Ávila

Sylvio Otávio Baptista de Carvalho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Minas e Energia

Anexo II, Térreo, Ala C, sala 60, CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6711 - (61) 3216-6717

cme@camara.leg.br